

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADELIA DRANSKI

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GESTÃO POLÍTICA DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO
PERÍODO DE 2000 A 2017.**

CURITIBA

2019

ADELIA DRANSKI

**A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GESTÃO POLÍTICA DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO
PERÍODO DE 2000 A 2017.**

Monografia apresentada como requisito parcial à
conclusão do Curso de Especialização em Sociologia
Política, Setor de Ciências Humanas-SCH,
Departamento de Sociologia – Deciso.
Orientadora: Caroline Cordeiro Viana e Silva

CURITIBA

2019

RESUMO

O presente trabalho aborda a participação feminina na gestão política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra enfatizando um número considerável de mulheres que não participam de forma efetiva na política nem na tomada de decisão burocrática no interior do MST. A participação das mulheres nos movimentos sociais cresce cada vez mais. O problema é que apesar ser de suma importância para a composição dos grupos, ainda não é notório ver mulheres assumindo posições de liderança ou de exposição da figura pública. A luta das mulheres por um tratamento igualitário, bem como a sua inserção no mercado de trabalho e o desenvolvimento em praticamente todos os segmentos da sociedade proporcionou um protagonismo nunca antes experimentado no decurso da história da humanidade. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ocupa local de destaque dentre os movimentos sociais. A luta do campesinato pela Reforma Agrária tem participação acapachante das mulheres, agora como “chefe” de boa parte das famílias brasileiras. A resiliência feminina tem tudo para ser um ingrediente fundamental na transformação social e correção necessária de um sistema tão injusto de distribuição de terra.

As mulheres ainda lutam para conquistar o espaço na política e na gestão administrativa. A sua ausência em diferentes espaços e segmentos da sociedade é o resultado do processo histórico pautado na estrutura patriarcal não permitindo que as mulheres ocupassem e nem participassem dos mesmos espaços que os homens. Para que haja mudança é preciso combater e transformar a tão enraizada cultura patriarcal, pois, a modificação das relações de gênero não se viabiliza se não estiver ancorada em leis e políticas afirmativas que garantam à mulher condições efetivas de sua participação política, econômica e social.

Palavras-chaves: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Participação da mulher na política.

ABSTRACT

This paper addresses female participation in the political management of the landless rural workers movement by emphasizing a considerable number of women who do not participate effectively in politics or bureaucratic decision making within the MST. Women's participation in social movements is increasing. The problem is that although it is of paramount importance to the composition of the groups, it is still notorious to see women taking positions of leadership or exposure of the public figure. Women's struggle for equal treatment, as well as their insertion in the labor market and development in practically all segments of society has provided a protagonism never before experienced in the course of human history. In Brazil, the Landless Workers Movement (MST) occupies a prominent position among social movements. The struggle of the peasantry for the Agrarian Reform has the participation of women, now as "chief" of most Brazilian families. Women's resilience has everything to be a key ingredient in the social transformation and necessary correction of such an unfair land distribution system.

However, despite such significant action when it comes to decision making and resource management, little has been offered to these valiant women, reflecting a patriarchal and chauvinistic society. Disruption of this mechanism requires a great deal of persistence, which is gradually becoming effective as a result of a constant struggle for equal rights with men. In order for change to take place, it is necessary to combat and transform the deeply rooted patriarchal culture, because the modification of gender relations is not possible unless it is anchored in affirmative laws and policies that guarantee women effective conditions for their political, economic and social participation.

Keywords: Landless Workers Movement. Women's participation in politics.

LISTA DE ABREVIATURAS

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA FEMINISTA.....	9
3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO MST.....	13
4. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DECISÓRIO DO MST.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa discute a participação das mulheres no processo decisório da gestão política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST que, desde a redemocratização busca através de suas lutas a afirmação das políticas voltadas para as pautas do grupo. O trabalho tem como objetivo analisar a participação das mulheres na liderança política do MST de 2000 a 2017. Em que medida realmente as mulheres participam da liderança do grupo? As mulheres participam da luta cotidianamente e o objetivo do trabalho é analisar se elas atuam na liderança política do MST, na tomada e decisão.

Na contemporaneidade, os movimentos sociais vêm alargando e ocupando espaço na luta por mais direitos. Com processo da redemocratização os movimentos sociais lutam por seus direitos, conquistam cada vez mais espaço e voz, que buscam atuar na sociedade perante as injustiças produzidas com a finalidade de materializar os direitos às camadas sociais. A composição dos movimentos diferencia-se pela sua originalidade, organização, pauta e do objetivo que se almeja. É através das conquistas que, as mulheres passaram a atuar no espaço público e construírem carreiras profissionais nos variados estratos sociais. As mulheres estão ocupando mais as funções do espaço público, mas ainda sofrem com a desigualdade produzida pela estrutura social que se organizou sob o domínio masculino. Na esfera política, poucas mulheres atuam, seja na ocupação de cargos, na liderança ou nos debates políticos e quando estão presentes não possuem visibilidade.

Em meados do século XX, o movimento feminista busca visibilidade social na luta por mais direitos às mulheres. A luta travada pelo movimento é cotidiana e acirrada contra diversas estruturas machistas que persistem nas relações sociais. O não reconhecimento da equidade dos direitos entre os dois universos nos diferentes espaços faz com que as mulheres estejam presentes nas lutas reivindicando não só os direitos, mas atuando em várias áreas busca o reconhecimento do seu valor na sociedade. E a principal justificativa além da luta por direitos é ter melhor compreensão no que tange à participação do universo feminino na atuação política do MST.

A participação das mulheres nos movimentos sociais cresce cada vez mais. O problema é que apesar ser de suma importância para a composição dos grupos, ainda não é notório ver mulheres assumindo posições de liderança ou de exposição da figura pública. Esse cenário parece estar interligado com o universo masculino. Muitas delas nomeiam os homens para tais funções por parecerem mais preparados. As mulheres participam e costumam ser a maioria nos movimentos populares que se dispõem a reivindicar direitos para propiciar

melhores condições de vida. Em relação à política, as mulheres atuam mais no campo da informalidade do que em espaços institucionalizados, do executivo ou legislativo. Esta dinâmica reflete no comportamento da decisão política do próprio grupo que ela pertence.

A realização do trabalho teve como base o apoio bibliográfico e outras formas de pesquisas são utilizadas como: revistas *online*, artigos, pois o acesso aos recursos tecnológicos propicia uma pesquisa mais profunda. Por meio da pesquisa busca-se um melhor entendimento dos conceitos sociológicos e políticos.

No primeiro capítulo, a proposta é explicar a trajetória histórica feminista, a atuação social das mulheres na luta pelas reivindicações dos seus direitos. O segundo capítulo explicitar um melhor entendimento do funcionamento na tomada de decisões do alto escalão do MST já que, as mulheres possuem as mesmas condições que os homens na tomada das decisões políticas.

No terceiro capítulo busca-se identificar a participação das mulheres no processo decisório do MST. O movimento reconhece a importância da mulher, tanto que descreve em sua norma interna “Normas Gerais do MST”, mas precisamente no artigo 6º, que assegura a igualdade de gênero, proibindo qualquer tipo de discriminação. Porém é necessária uma compreensão aprimorada se de fato ocorre esta efetiva participação no processo decisório político do grupo.

2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA FEMINISTA

A subordinação da mulher na sociedade é um fenômeno milenar e universal, que recentemente vem sendo observado e analisado no mundo científico. Para obter um resultado relevante na ciência é necessária a independência entre o cientista e o objeto, a descontextualização do fenômeno e da isenção dos valores. Através da “sociologia compreensiva” (WEBER, 1963) é possível obter um aprofundamento qualitativo inerente ao social, pois a abordagem qualitativa afirma-se no campo da subjetividade e do simbolismo, realizando uma aproximação entre o sujeito e o objeto.

Ao longo da história, as mulheres sofreram o processo de exclusão social estando confinadas apenas ao âmbito privado, do doméstico. As várias formas de organização social, privilegiava na estrutura social a dominação masculina como referência peculiar ao patriarcado no estabelecimento das relações desiguais entre homens e mulheres. Esta dominação também se faz presente na ciência principalmente no modelo positivista-empirista, pois a objetividade fez parte do mundo dos homens e a subjetividade era uma característica que predominava o universo feminino. A ciência foi classificada pelo feminismo como parte de uma projeção ideológica ou valores masculinos. Derivação de uma tradição patriarcal. Essa forma de conceber diferentes tipos de execução dos papéis sociais passou a ser questionada pelas pesquisadoras feminista (PRIORE DEL, 2011).

A produção do conhecimento acontece segundo os processos dinâmicos que se desenvolvem no decorrer do contexto histórico-social e cultural. Na década de 1930 e 1940, durante a formação da indústria brasileira, em relação ao mercado de trabalho, buscou formar uma classe trabalhadora pautada nos discursos da medicina para formar corpos com a finalidade de atender a nova demanda do capitalismo industrial e para isso foi necessário moldar os comportamentos e impor aos indivíduos os gestos e a postura de acordo com as exigências do capital racional na constituição de um corpo ferramenta, dos corpos dóceis, úteis e produtivos. “Assim a busca pela exatidão e pela eficiência do movimento controlado e útil permearia as técnicas corporais” (BERCITO, 1999, P4).

Na construção de novos paradigmas, entre os anos 60 e 70, destacaram-se, pois uma onda de movimentos sociais que propuseram diferentes visões da realidade social e dentre eles surge a “revolução sexual”. A liberação significou a busca de realização no plano pessoal e ao mesmo tempo os problemas sexuais não teriam lugar num mundo “normal” segundo os padrões vigentes. O questionamento que se dava em torno da sexualidade trazia uma idéia de sofrimento e em momento algum valorizava o prazer. O golpe militar de 1964 e um conjunto

de fatos, transformações econômicas e políticas que acontecia aceleraram mudanças como afirma Mary Del Priore:

Foi ao longo dos anos 70, com os movimentos pela valorização das minorias que a questão da mulher começou a mudar de forma. A sexualidade deixava de ser considerada algo mágico ou misterioso que escaparia aos processos técnicos ou à medicina (PRIORE; DEL, 2011, P.179).

A música, a literatura e o cinema exibiam a intimidade dos casais. As informações advindas do mundo da sexualidade passaram a serem democratizadas, pois a publicidade erotizava comportamentos para vender qualquer produto. Estas mudanças só foram possíveis devido ao poder dos meios de comunicação modernos e uma cultura de massa, capaz de difundir modelos e representações sexuais.

Nos anos 1960, o país mergulha no processo da modernização e as mudanças efetivas da situação da mulher brasileira passam a ser questionada contrapondo-se a hierarquia tradicional de gênero presente naquele momento. Este processo de mudanças foi muitas vezes silenciado no contexto político desenvolvido pelas ditaduras latino-americanas. Muitas mulheres enfrentaram o regime expondo a condição da mulher nas ruas contestando as relações de poder no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher e todos os âmbitos da sociedade, pois o movimento articulava as relações de gênero à estrutura de classes (BERCITO, 1999).

As mulheres militantes brasileiras foram vítimas da repressão militar e essa experiência gerou o caráter radical do feminismo brasileiro “A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres” (GONÇALVES,2006, p.28), o lugar tradicionalmente atribuído à mulher em relação ao comportamento sexual impostas e institucionalizada pelo mundo masculino passou a ser questionada reivindicando a efetiva igualdade entre homens e mulheres, que até então se apresentavam de forma retórica.

Sob o regime autoritário e os últimos governos militares, a resistência das mulheres aliava-se às mudanças que o país sofria pela modernização no mercado de trabalho e no sistema educacional proporcionando oportunidades às mulheres mesmo no sentido excludente. O processo de modernização não só influenciou a economia mas também nos processos culturais redefinindo comportamentos afetivos e sexuais relacionados aos métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Surgem novas experiências cotidianas que entram em

conflito com padrão tradicional de valores nas relações familiares. O ato sexual deixou de servir exclusivamente à procriação. A mulher poderia escolher entre ter ou não filhos. A introdução dos métodos contraceptivos marcou também o início da liberação sexual, o direito ao prazer. Muitas pautas que permeavam nos debates públicos, uma delas era a preocupação de evitar a superpopulação como bem afirma a autora:

“Em fins dos anos 70, o “planejamento familiar” tornou-se um bordão. Discutia-se a crescente preocupação com o tema, no Brasil e no mundo. Entre nós, o fantasma da pobreza, da violência e da mortalidade infantil imiscuía-se nos debates em curso na imprensa (PRIORE DEL, P.198, 2011).

A partir dos anos 60 muitas mulheres experimentavam a contracepção e o objetivo era reduzir o número de filhos. Várias instituições preocuparam-se com o tema proposto e algumas se colocando a favor como a saúde e outras contras, no caso da igreja.

O ressurgimento do movimento feminista no início da década de 70 sob influência das experiências européias e norte-americana que se propagava internacionalmente a discussão da condição feminina, no Brasil foi marcado pela contestação à ordem política instituída no país, desde o golpe militar de 1964. Além de o movimento ser composto pela pluralidade de manifestações é importante enfatizar o seu desencadeamento no momento político e histórico desenvolvendo formas de pensar e agir a partir das experiências obtidas. O movimento marca também a mudança drástica nos discursos sobre gênero em diferentes espaços. Nos discursos sobre “gênero da revista” usavam-se as noções de “mulher liberada” ou “emancipação da mulher”, aludindo à revolução sexual e conseqüentemente passou ser confrontada com o movimento feminista radical, atuante e mundializado. As transformações seguintes causaram impactos nas estruturas institucionais sociais e políticos e nos processos culturais com ampliação de novas formas de sociabilidade redesenhando outra atuação no espaço público da sociedade brasileira (PRIORE DEL, 2011).

A organização do movimento feminista no Brasil abrange mulheres de classe média e populares, organizações femininas de bairro numa relação com a igreja católica predominando uma política de aliança entre feminismo que busca explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos contra o regime autoritário.

Os grupos feministas de classe média e intelectualizada atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro tornando um movimento geral com o fim de transformar a sociedade como um todo. Inicialmente ser feminista propiciava diversas interpretações pejorativas. No que se refere a identidade de gênero passa a ganhar espaço no fim dos anos 70 com abertura política no país, na qual muitos grupos se declaram feminista e reivindicam o espaço no plano das políticas públicas e abertura da reflexão sobre o lugar da mulher na

sociedade rompendo com as formas naturalizadas da consolidação da noção de gênero (GONÇALVES,2006).

Até a década de 80, as demandas e as motivações das mulheres engajadas no movimento se davam de forma distintas, pois o objetivo principal era combater o autoritarismo e a desigualdade social. Notam-se duas correntes que se destacaram, uma que priorizou a causa atuação pública das mulheres ressaltando questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou influenciar nas políticas públicas, no período da redemocratização. Outra corrente pautou questões da subjetividade, as relações interpessoais do mundo privado a partir da reflexão e convivência (PRIORE DEL, 2011).

Segundo a constituinte republicana, o direito de votar não é explicitamente negado à mulher, já que os constituintes entendiam que a mulher não é um sujeito possuidor de direitos, como a historiografia vem enfatizando. O sufrágio universal propôs a inclusão da mulher na participação do voto e não a inclusão plena das mulheres no corpo eleitoral. A busca pela participação política não deve restringir-se apenas pelo voto e sim a partir de sua existência, do valor e da sua eficiência fazer valer, como todos os direitos políticos, igualmente a ambos os sexos, sem distinção, pois não há diferença entre homens e mulheres que fundamente a exclusão política, mas há outros fatores que foram criados como barreiras para impedir a efetiva participação no caso da dependência econômica do sexo feminino impossibilitando o exercício com autonomia a direito político. Outra questão é que ainda muitas mulheres executam a dupla jornada de trabalho no lar e fora dele restando pouco tempo para sua participação dos debates políticos. No mercado de trabalho as profissões que empoderam o sexo feminino, abrem horizontes e novos questionamentos nas relações de gênero e na esfera política, da qual elas se encontram excluída (PRIORE DEL, 2011).

3. A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO MST

Desde a redemocratização, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), passa a se destacar dentre os movimentos sociais do Brasil. O Movimento está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. O país possui a ampla extensão territorial, maior concentração de terras e dos maiores latifundiários, que predominam como sinônimo de poder. Em 1850, o Império decretou a lei conhecida como Lei de Terras contribuindo para a consolidação da concentração fundiária. A prática do latifúndio brasileiro ocorre pela grilagem de terras ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural dificultando às classes menos favorecidas o acesso à posse da terra. A concentração e a improdutividade possuem raízes históricas, a partir da qual se produziram as bases para a desigualdade social e territorial que se estende até a nossa contemporaneidade, pois “as origens do atraso e da desigualdade residiram ora na origem colonial e no caráter do colonizador, ora no caráter da própria colonização” (LINHARES; SILVA, 1999, p.40).

As lutas contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, marcam a história dos trabalhadores, pois a terra para o camponês possui um valor simbólico.

De acordo com Porto et al (2013, p.334), ressalta:

Terra é vida, benção, dom, presente, luta, conquista, Mãe... Por isso, a terra deve ser conquistada para ser repartida e partilhada, e daí brotar a nova sociedade. A terra é fonte geradora de vida. Foram as mulheres que descobriram que a terra fazia germinar as sementes. Enquanto os homens caçavam e pescavam, as mulheres contemplavam o que acontecia com a natureza, colocavam as sementes no chão, e viam quando nasciam e cresciam; floresciam e davam frutos (ET AL; PORTO, 2013, p. 334).

A resistência camponesa se manifesta em diversas ações e, nessa marcha, participa do processo de transformação da sociedade. O movimento promove ações voltadas para as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. O acesso à terra proporciona uma forma de organização de trabalho. O problema da injustiça social e da pobreza no Brasil está ligado à questão agrária, por associar a estrutura de posse e uso de terra as várias formas de organização de trabalho, bem como a estrutura fundiária de um país reflete na estrutura social, no âmbito político, econômico e cultural.

A divisão de terra implica nas divisões sociais. A minoria concentra a riqueza, no caso dos latifundiários, e convive com as diferenças sociais, a população que não possui o acesso às terras, também é excluída pela estrutura fundiária do usufruto das riquezas produzidas. A divisão em nome das diferenças apenas faz sentido para quem oprime, ou seja, “dividir para melhor dominar” (CALDART, 2002, p.31), no sentido das relações de poder. As diferenças não devem ser anuladas ignorando identidades e culturas construídas durante séculos de história, por parte de várias lutas. Em função destas particularidades culturais que o grupo deve lutar pelos direitos, pois são estas diferenças que tornam as lutas fortificadas e nelas que se buscam as transformações. Assim, do Brasil colonial da monocultura a este do agronegócio em pleno século XXI, o que prevalece é a concentração fundiária, o que traz à tona a necessidade da discussão e da luta política como a encabeçada pelo MST, que surge da ocupação de terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

A formação do MST no Brasil desde 2000 se constitui na ocupação da terra e a partir desta ação utiliza o instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. No Brasil, nem mesmo as transformações políticas e econômicas para o desenvolvimento do capitalismo foram capazes de afrontar a concentração de terras. A não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, não abalou o movimento que não deixou de lutar e intensifica suas ações para a realização de uma política de assentamentos rurais (Fernandes, 2019).

A fundação deste movimento se deu em um contexto político no qual o duro regime militar que se iniciava na década de 60 do século passado chegava ao fim, permitindo à sociedade civil brasileira uma abertura política para reivindicações e debates. O regime militar foi duplamente cruel e violento com os camponeses, pois, assim como todo o povo brasileiro, os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5.

No mesmo período, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura. Uma das

principais contribuições do MST para a sociedade brasileira é a produção de alimentos saudáveis para o povo brasileiro.

Com o apoio da organização de cooperativas, associações e agroindústrias nos assentamentos, desenvolvem a cooperação agrícola que fortalecendo a solidariedade e a potencialização das condições de produção das famílias assentadas, melhorando a renda e as condições do trabalho no campo. A vida no assentamento garante às famílias direitos sociais que não são garantidos a todo o povo brasileiro, como casa, escola e comida. No assentamento as famílias camponesas vivem, trabalham e produzem, dando uma função social a terra e garantindo um futuro melhor à população além de desenvolver uma mentalidade e uma atitude de Soberania Alimentar, compreendendo que a função social é produzir alimentos eliminando a fome do meio que estão inseridas. A terra proporciona o cultivo da vida, da luta, do ambiente, da produção e da reprodução, o povo que vive no campo, na sabedoria de se ver como “guardião da terra” (CALDART, 2002), não apenas como quem trabalha nela, mas sim como quem a protege e cuida.

No contexto de redemocratização do país, em 1985 surgiu a proposta para a elaboração do primeiro PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária). Sua segunda versão (II PNRA) foi proposta apenas em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Existiram avanços e conquistas nesta luta, porém há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas. Diferentes ações coletivas ganham destaque no período da redemocratização como bem afirma Gohn:

“As ações coletivas nos anos 70 E 80, no Brasil, foram impulsionadas pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de se construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e dos grupos. Os movimentos sociais populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (Gohn, 1995, p.203).

Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nos últimos anos foi de 614.093, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias.

Os números apresentados são positivos. Porém, nas afirmações do próprio MST e de especialistas no assunto, até 2010 havia ainda cerca de 90 mil famílias acampadas pelo país, o que representa uma demanda por terra considerável por se atender, a despeito dos avanços sugeridos anteriormente. Em relação à infraestrutura disponível a estas famílias, alguns dados apresentados pela Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária promovida pelo INCRA em 2010 são muito significativos. A pesquisa mostra que 31,04% dos assentamentos possuem disponibilidade de energia, mas com quedas constantes ou com “pouca força” e 22,39% não possui energia elétrica, o que significa que mais da metade dos domicílios não contam plenamente com este benefício.

No estado do Paraná, de 2003 a 2013 foram criados novos 53 projetos de assentamento, com cerca de oito mil famílias assentadas no período. Somente no ano passado, foram assentadas 668 famílias no estado. Também em 2012 foram criados dois novos assentamentos com área total de 1.271,36 hectares, com capacidade para 59 famílias. Ao todo, são 18.290 famílias assentadas em 321 projetos de assentamento. O Incra/PR tem 106 processos de obtenção de novas áreas em andamento que somadas perfazem de 91.742,09 hectares, o suficiente para o assentamento de cerca de 5.730 mil famílias.

No tocante ao saneamento básico, os dados também mostram que ainda é necessário avançar, pois apenas 1,14% dos assentamentos contam com rede de esgotos, contra 64,13% (somados fossa simples e fossa “negra”) que possuem fossas. A dimensão negativa destes dados repete-se na avaliação geral de outros fatores como a condição das estradas de acesso e de satisfação geral dos assentados, tornando-se mais significativa quando quase a metade dos assentados não obteve algum financiamento ou empréstimo para alavancar sua produção. Isso mostra que muito ainda deve ser feito em relação aos assentamentos, pois apenas com o acesso a terra não se garante a qualidade de vida e as condições de produção do trabalhador do campo.

Cerca de 10 mil famílias foram assentadas pelo Governo Federal no ano de 2015. O número foi apresentado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, e pela presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcón, em audiência com representantes do Movimento Sem Terra (MST). O objetivo é atingir a meta de assentar, até 2018, 129 mil famílias acampadas no país.

A composição social do MST, nas últimas décadas traz o debate sobre a persistência do campesinato na formação social brasileira e seu papel em um projeto contra hegemônico à sociabilidade capitalista centralizando a importância no cenário político as particularidades do campo. A luta pela transformação social significa transformações na estrutura da sociedade

brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social. É a luta por uma sociedade mais justa e fraterna, que solucione os graves problemas estruturais do país, como a desigualdade social e de renda, a discriminação de etnia e gênero, a concentração da comunicação, a exploração do trabalhador urbano

4. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO DECISÓRIO DO MST

Desde o surgimento do movimento, o MST se propõe a reunir as famílias para lutar por terra. É um movimento que mobiliza mulheres na luta desde os primeiros acampamentos. Para muitas mulheres estar presente nesta organização é se libertar de várias formas de opressão e de se afirmar na sua identidade e como trabalhadoras.

A presença das mulheres no grupo não quer dizer que elas realmente participam de forma efetiva no direcionamento político ou na tomada de decisões. A presença das mulheres na estrutura organizativa do movimento, desde as instâncias do nível nacional, estadual até nas instâncias de base ainda é pequena a participação delas e na maioria dos assentamentos dos estados. Elas têm menos oportunidade de atuar nas instâncias, e quando isso acontece tem menos acesso a informações estratégicas, a estruturas, e outras formas de recursos. O grupo ainda não criou condições estruturais necessárias para efetivar a participação delas na luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social.

Em relação à participação na política, as mulheres possuem menos oportunidades de frequentar as atividades de estudo, e são poucas que conseguem manter a rotina devido as várias jornadas presente no seu cotidiano. Para as militantes casadas que participam da trajetória política social, muitas vezes a luta já se inicia no núcleo familiar enfrentando o companheiro para participar de diferentes cursos de formação política. As relações de gênero devem ser revistas como afirma a autora:

Esse aprendizado continua quando, em um acampamento, relações de gênero precisam ser radicalmente revistas. Onde os afetos ganham novos significados e novos formatos, nem sempre compatíveis com o código moral de cada família; onde se invertem relações mais usuais, fazendo com que homens também tenham que lavar suas roupas, e mulheres também participem de reuniões e de assembléias, e onde jovens cadastrados passam a ter o mesmo poder de decisão que tem seu pai ou irmão mais velho; onde as crianças passem a ter na comunidade uma referência educadora geralmente mais forte do que sua família, tendo uma existência e uma organização próprias, nem de perto imagináveis em uma comunidade rural típica (CALDART, 2004, p. 181-183).

Em muitos assentamentos as mulheres não participam das discussões e muitas sequer sabem como e onde os recursos financeiros são investidos, não influenciam na organização espacial para decidir onde deve ser a área de moradia e de produção. Em muitas dessas áreas as mulheres tem participação ativa no trabalho agrícola, mas pouco poder político e

econômico. Na maioria das áreas, a equipe técnica e dirigentes são homens, que acaba por restringir a participação feminina.

Na década de 1980 e 1990, as mulheres adentram nos movimentos sindicais, nos partidos políticos, nos movimentos sociais na defesa da afirmação de outra mulher, na ressignificação da mulher como sujeito político, na luta por direitos e igualdade de oportunidades. Por mais que houvesse um avanço com a redemocratização, ainda não foi o suficiente para superar as desigualdades de gênero, bem como as injustiças vivenciadas cotidianamente por mulheres. É preciso lutar mais por uma nova construção de relações de gênero, do novo homem e da nova mulher.

As mulheres estão presentes na luta diária pela terra, mas são poucas que são titulares do lote do assentamento. Na maioria dos cadastros segundo o Ministério da Reforma Agrária do Brasil ainda é destinado ao homem o título do lote, a mulher neste caso é dependente do marido e quando ocorre a separação tem que lutar na justiça pelos seus direitos, mas como muitas possuem pouca informação ou dinheiro acabam retornando para a casa dos pais ou para o acampamento em busca de um novo lote. Somente em 2005, com a marcha nacional, a partir da reivindicação do setor de gênero do MST que o Ministério da Reforma Agrária se dispôs a alterar esse cadastro para que homens e mulheres aparecessem como titulares (MST, 2005).

...tratar das questões da educação de gênero na perspectiva dos movimentos sociais. Há que se tomar em conta que existem dois elementos basilares da fundamentação das relações sociais, quais sejam: a divisão social e sexual do trabalho e a cultura que se reproduz e justifica o sistema socioeconômico e político. Portanto, há que se buscar entender como estão se dando essas divisões nas relações cultivadas nas práticas educativas destes movimentos sociais e da sociedade como um todo (ARAÚJO, 2014, p. 2).

Aos poucos o MST vem se direcionando para uma maior igualdade de gênero, um movimento que seja conduzido por homens e mulheres. Elas participam mais nos setores da saúde, educação e gênero. A presença em outros setores é ínfima. Após vários anos tentando conquistar o espaço no MST, por meio de organização, as lideranças femininas começaram a debater sobre estes problemas a partir do conceito de gênero, em meados dos anos 1990. Em 2000 foi criado o setor de gênero do MST, que vem buscando lutar por maior participação efetiva no grupo como dirigentes e militantes, pois entre estar presente e participar existe muita diferença. Os documentos deste período permitiram ampliar a discussão e as ações para que as mulheres tivessem voz e poder de decisão no Movimento e fossem tratadas com respeito e igualdade.

O setor tem como objetivo debater gênero nas instâncias e setores do MST, construir reflexões sobre a temática, elaborar materiais, propor atividades, ações e lutas que possam contribuir para a participação igualitária entre homens e mulheres no grupo e visar a implementação das políticas de gênero. E também buscam desnaturalizar as concepções impostas pelos comportamentos machistas, pois é preciso construir outra concepção de pensamento e pôr em prática para construir uma nova.

Dentre as políticas visadas pelo setor de gênero busca-se garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher, que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família. O setor luta exatamente para garantir que as mulheres participem do processo pela transformação social como sujeitas da história (MST, 2003).

Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados. A participação das mulheres na formação e na capacitação dos setores do MST busca assegurar a percentagem de 50% para mulheres e homens. Também objetiva garantir a sua participação nas cooperativas, na liderança, gestão administrativa, que sejam igualmente remuneradas, ou seja, que tenham os mesmos acessos e direitos que os homens possuem (MST, 1999).

Atualmente as mulheres atuam na luta contra o machismo, o patriarcado, o modelo neoliberal, pois tomam iniciativas singulares organizando-se internamente para construir novas subjetividades e uma nova condição de mulher. Formam alianças com diferentes grupos e instituições de vários estados do país e constroem projetos alternativos e de enfrentamento à mundialização do paradigma de desenvolvimento capitalista de formato neoliberal. As mulheres adotaram algumas estratégias desenvolvidas para enfrentar certas imbricações relacionadas a questão de gênero e de classe como: políticas de resignificação das mulheres como sujeitos políticos, formação política específica das e para as mulheres, lutas específicas dirigidas pelas mulheres, criação de signos na afirmação das lutas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais atuam como parte da sociedade na formação de sujeitos. No MST, o processo da luta de gênero inserido na luta pela terra realizada pelas mulheres efetiva sua participação na ocupação de terras em papéis secundários. Ao longo da trajetória do movimento, as mulheres sempre participaram das reivindicações, inclusive em alguns momentos se destacaram até mais que os homens, pois a sua presença foi importante na formação político-organizativa a partir de uma compreensão de classe, para a ampliação de seu conhecimento e que atualmente problematiza a produção das desigualdades de gênero no interior do grupo.

A partir do referencial teórico feminista, que toma a categoria de gênero como instrumento de análise das estruturas e práticas que produzem as desigualdades de gênero, promoveu-se o desenvolvimento da consciência de gênero no grupo e na sua organização específica, e também como ferramenta para a proposição de políticas e ações estratégicas que visam a transformação das relações e ideologias de gênero. No grupo, as mulheres ainda lutam para conquistar o espaço na política e na gestão administrativa, inclusive o próprio movimento reconhece a não efetiva participação delas. A ausência feminina em diferentes espaços e segmentos da sociedade é o resultado do processo histórico pautado na estrutura patriarcal não permitindo que as mulheres ocupassem e nem participassem dos mesmos espaços que os homens.

A partir das estratégias e da intencionalidade sociopolítico-educativa, elas reelaboram uma visão diferenciada da subalternização protagonizando dentro da luta pela terra e de gênero, e através da politização dos interesses práticos reivindicam a total participação na política e na tomada de decisões em nível local, nacional e transnacional, pois a sua articulação interna e sua organização específica têm ampliado seu saber social, o que contribuiu para seu empoderamento, e conseqüentemente para sua ação estratégico-organizativa.

Embora as mulheres sempre participassem do movimento, desde a constituição do grupo não ocuparam espaços no mesmo nível e condições dos homens. A introdução da política de gênero não só proporciona outra visão e participação das mulheres como reconfigura todo o movimento fazendo com que reconheça e se estruture na igualdade em relação ao gênero e dos direitos e deveres reconstruindo os papéis através da política

socioeducativa e romper com os regimes patriarcais de gênero, que são produzidos e reproduzidos nos distintos espaços e instituições. Contudo, para que haja mudança no que tange à produção da desigualdade de gênero, primeiramente é preciso combater e transformar a tão enraizada cultura patriarcal, pois, a modificação das relações de gênero não se viabiliza se não estiver ancorada em leis e políticas afirmativas que garantam à mulher condições efetivas de sua participação política, econômica e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENHART, D. **Infância, Educação e MST**. Chapecó: Editora Argos, 2007.
- BERCITO, S. de D. R. **O Brasil na década de 1940: autoritarismo e Democracia**; Corpos máquinas: trabalhadores na produção industrial em São Paulo. São Paulo – SP: Editora Ática, 1999.
- BOGO, A. **O MST e a Cultura**. 3. Ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, 2009.
- CALDART, R. S. (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº
- FERNANDES, B. M. **10 anos da Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe**. <https://www.youtube.com/watch?v=hxNdgCsbR-Y> 2019. Acesso em 06 agosto, 2019.
- GOHN, M.G. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.
- GONÇALVES, A. L. **História & Gênero**. Belo Horizonte:Autêntica,2006.
- PRIORE D. M. **Histórias Íntimas**. Sexualidade e erotismo na história do Brasil.
- LINHARES, M. Y. da S. T. FRANCISCO C. **Terra Prometida – Uma questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1999.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1988). **A mulher nas diferentes sociedades**. Caderno de Formação, (15). São Paulo, SP: Secretaria Nacional do MST.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1996a). **Princípios da educação no MST**. Caderno da Educação, (8). Porto Alegre.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1996b). **A Questão da Mulher no MST**. São Paulo, SP: Coletivo Nacional de Mulheres do MST.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (1998). **Compreender e construir novas relações de gênero**. São Paulo, SP: Coletivo Nacional de Gênero. Peres.
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2005). **Dossiê MST Escola - Documentos e Estudos 1990 – 2000**. Caderno de Educação n 13. Agosto de 2005, Veranópolis, RS: Iterra.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). (2016b). **Procuramos construir novas relações de gênero, em que todas e todos sejam respeitosos um com o outro**. Recuperado de <http://www.mst.org.br/2015/11/25/procuramos-construir-novas-relacoes-de-genero-em-que-todas-e-todos-sejamos-respeitosos-um-com-o-outro-afirma-dirigente.html>.

OTTO, C. **O feminismo no Brasil**: suas múltiplas faces. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n.2, maio-agosto/2004. Acesso em 02 de Abril de 2019.

PORTO, L. S; MARQUES, de O. J; SANTOS, S. M. dos. **Memórias dos Povos do Campo no Paraná**- Centro Sul. Curitiba: ITCG, 2013.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934; **Casa Civil**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 9 jul. 2019.

PRIORE, M. D; **Histórias Íntimas**. Sexualidade e Erotismo na História do Brasil. São Paulo, Planeta, 2011.

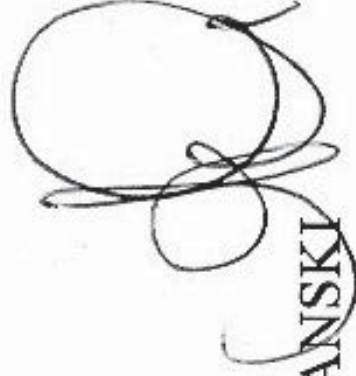
SOUZA, A. M. de. **Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST**. 22. Ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Organização e introdução de H. G. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.

Curitiba-PR, 28 de outubro de 2019.



ADELIA DRANSKI